



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Comissão de Ética do Ministério das Comunicações

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES**

**Assunto:** Reunião Ordinária da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações.

**Local:** Reunião virtual realizada via Plataforma MS Teams. **Data:** 24/02/2022

**Presentes:**

Mirian de Fátima Fiuza de Oliveira (Presidente)

Pedro Gontijo Menezes (Membro titular)

Ana Maria dos Santos (Membro titular)

Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva (Secretário-Executivo)

**ATA**

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações acima listados. A presidente, sr.<sup>a</sup> Mirian de Fátima Fiuza de Oliveira, apresentou o sr. Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva como novo secretário-executivo da comissão, em substituição à sr.<sup>a</sup> Nathalia Oliveira Presmic Rodrigues. O novo secretário agradeceu a apresentação e lembrou os demais membros da necessidade de se participar do curso "Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública", oferecido pela Escola Virtual de Governo. A presidente abordou, em seguida, o Plano de Trabalho a ser submetido à análise para validação e eventuais contribuições dos membros da comissão, para posterior remessa à Secretaria-Executiva para apreciação e, em caso de anuência, publicação. Informou que o Plano em questão deve constar no sítio do Ministério das Comunicações, na aba "Institucional" e que devem constar também, além do citado Plano, normativos da Comissão de Ética Pública e da Comissão do MCom, atas de reunião, nomes dos membros e iniciativas de divulgação das ações realizadas, material que possa auxiliar os colaboradores do órgão a compreender o que deve ser encaminhado ou não para análise da Comissão, qual o fluxo a se observar para realizar denúncias. O sr. Pedro Gontijo Menezes apresentou questionamento referente à periodicidade das reuniões, se podem ser realizadas bimestralmente ao invés de mensalmente, ao que a presidente respondeu não ser possível, dado que a normatização das Comissões de Ética prevê encontros mensais. Retomada a avaliação do Plano de Trabalho, o documento foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes. Em seguida, a presidente apresentou uma demanda proposta pela Corregedora do MCom, sr.<sup>a</sup> Luana Fagundes, para elaboração conjunta de um manual de boas práticas no Teletrabalho, considerada a grande adesão ao Programa de Gestão do Ministério, de modo a antecipar questionamentos que podem surgir. Acrescentou que, em contato com o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, sr. Luís Gustavo Mello Costa, acordaram em trabalhar em conjunto na elaboração do código de conduta do servidor do MCom, e que o manual de boas práticas poderia ser parte deste código, para que não se incorra em ações esparsas, pulverizadas. Citou ainda que está articulando o apoio da Assessoria Especial de Controle Interno, Corregedoria e com a Assessoria Especial de Comunicação Social - esta última para prestar auxílio na confecção da identidade visual, diagramação e material gráfico para este e para os próximos produtos da comissão. Com esse aumento do escopo, no entanto, o prazo original - março de 2022 - não seria viável, tendo sido alterado já no Plano de Trabalho. A sr.<sup>a</sup> Mirian acrescentou, como demanda, o preenchimento do 24º Questionário de Avaliação das Comissões de Ética integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal – SGEP, e disse ter aguardado a aprovação do Plano de Trabalho da Comissão para responder. A presidente citou ainda que está colhendo casos de sucesso de outros órgãos, como as "pílulas de ética" ou "pílulas" com o teor do futuro código de conduta, o "Minuto

da Ética", elaborado pela Presidência da República e replicado em outros órgãos. A proposta é aliar este material a outros da lavra do próprio MCom, como ações de prevenção ao assédio moral, por exemplo. Passou a palavra, então, aos demais participantes, e o sr. Pedro Gontijo Menezes relatou estar realizando coleta de informações junto a outros órgãos em termos do que se tem praticado, especialmente em termos de normatização, para que possa ter, até o final do mês de março uma proposta de código para atuação da Comissão. A sr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos questionou sobre como será o tratamento das demandas endereçadas à Comissão de Ética, como seria possível à Comissão identificar, dentre os temas do MCom, o que seria de sua alçada? A sr.<sup>a</sup> Mirian informou que há um material de referência, da lavra do Ministério da Cidadania, que inclui também um fluxo do processo de tratamento de demandas recebidas. Disse que há uma determinação do Governo Federal para centralizar estas demandas na plataforma Fala.BR, sejam elas oriundas do cidadão, da imprensa ou de servidor do próprio órgão, e que, em decorrência do juízo de admissibilidade, tais processos são submetidos a triagem na Ouvidoria, que então distribui as demandas às instâncias corretas, seja para a corregedoria ou para a Comissão de Ética, por exemplo. Essas demandas, quando pertinente, são encaminhadas para a unidade da Comissão no SEI (CE\_MCOM), à qual a presidente solicitou que se providenciasse acesso para todos os membros da Comissão, titulares ou suplentes. Foram citadas, ainda, duas demandas que foram distribuídas para suplentes, as quais devem ser conduzidas pelos membros titulares correspondentes: a elaboração de normativo que trate sobre a omissão de irregularidade de forma intencional, distribuída ao sr. Francisco das Chagas Cavalcante Costa, suplente da sr.<sup>a</sup> Mirian de Fátima Fiuza de Oliveira; e a implementação de mecanismos para aprimoramento da atuação da comissão de ética, a cargo do sr. Milton Pereira Barros Filho, suplente do sr. Pedro Gontijo Menezes. Nada mais havendo a tratar, a sr.<sup>a</sup> presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pela sr.<sup>a</sup> presidente e por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Mirian de Fatima Fiuza de Oliveira**, **Presidente da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações**, em 02/03/2022, às 14:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Gontijo Menezes**, **Membro da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações - Titular**, em 04/03/2022, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Membro da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações - Titular**, em 04/03/2022, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva**, **Secretário-Executivo da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações**, em 04/03/2022, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9509920** e o código CRC **34BF6507**.